

OS NÚMEROS QUE FALAM POR SI

APOIOS À BANCA EM PORTUGAL
NÃO PARAM E JÁ SOMAM 17,5
MIL MILHÕES DE EUROS ENTRE
2008 E 2017 (9,0% do PIB)

Greve
26 OUTUBRO

- Atualização, JUSTA, de salários e pensões
- Revisão e valorização de carreiras
- Serviços Públicos de qualidade
- Despenalização das reformas antecipadas



INFEQUADROS

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

10/2018

QUE

OS NÚMEROS FALAM POR SI

APOIOS À BANCA EM PORTUGAL NÃO PARAM E JÁ SOMAM 17,5 MIL MILHÕES DE EUROS ENTRE 2008 E 2017 (9,0% do PIB)

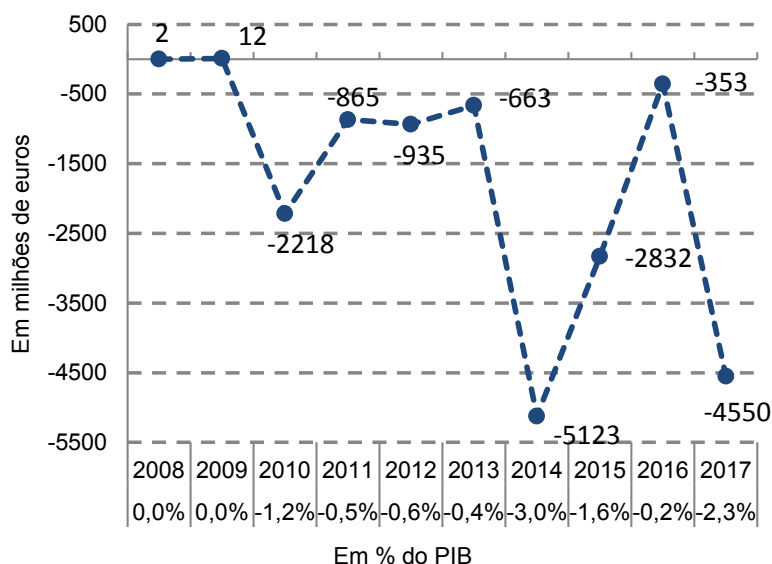
Enquanto se assistiu ao congelamento salarial a alguns funcionários públicos entre 2010 e 2018 (com cortes nos salários e nas pensões entre 2011 e 2016 e que só foram totalmente revertidos em 2017), registaram-se largos apoios ao setor bancário que ainda não terminaram.

De 2008 a 2017, a totalidade das medidas de apoio ao setor bancário em Portugal e contabilizadas nos défices dos respetivos anos foi de 17.524 milhões de euros em termos líquidos acumulados (9,0% do PIB de 2017) (Gráfico 1). Após a intervenção no Ex-BES em

2014 através da transferência de capital pelo Fundo de Resolução num montante de 4.900 milhões de € (2,8% do PIB) e do Banif em 2015, pela injeção de capital de 2.460 milhões de € (1,4% do PIB), em 2017, foi a vez da CGD, mediante a recapitalização de 3.944 milhões de € (2,0% do PIB).

Estas operações financeiras contribuíram de forma decisiva para o desequilíbrio das nossas contas públicas em 2014, 2015 e 2017, cujos défices em percentagem do PIB foram de 7,2%, 4,4% e 3,0%, respetivamente.

Gráfico 1 – Impacto das Ajudas Públicas na Banca no Saldo Orçamental

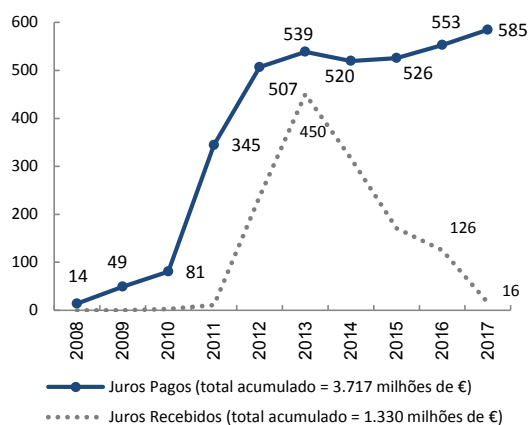


Fonte: INE.

No âmbito da despesa, os juros com o setor bancário foram de 585 milhões de € em 2017 (tendo alcançado o valor mais elevado desde 2008) e ficado muito aquém dos juros cobrados nesse ano (16 milhões de €). Em termos acumulados, entre 2008 e 2017, os juros suportados pelo Estado com o setor financeiro foram de 3,7 mil milhões de € (1,9% do PIB) contrastando com os

juros entretanto recebidos, os quais se situaram em 1,3 mil milhões de € (0,7% do PIB) (Gráfico 2). Por outro lado, a despesa pública com os juros inerentes ao setor bancário tem vindo a representar uma parcela cada vez mais importante na totalidade dos juros da dívida pública (peso cerca de 8% em 2017, o mais alto desta década).

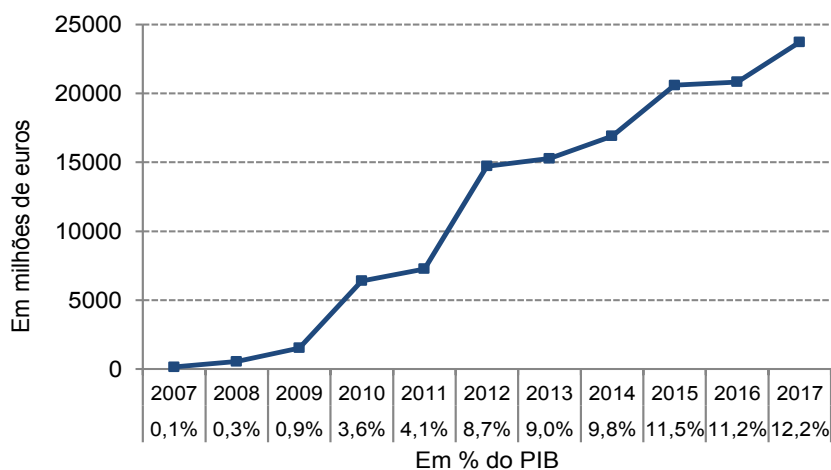
Gráfico 2 – Juros pagos/recebidos pelo Estado das Ajudas ao Setor Bancário
(Em milhões de euros)



Quanto ao impacto das ajudas do setor público à banca na dívida pública, este não cessa de aumentar, tendo ascendido a 23.716 milhões de € em 2017 (12,2% do PIB) apesar do montante total da dívida

pública ter recuado para cerca de 125% do PIB nesse ano, invertendo a tendência ascendente registada nos últimos anos, em resultado sobretudo da amortização antecipada dos empréstimos ao FMI (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Impacto dos Apoios Públicos à Banca na Dívida Pública



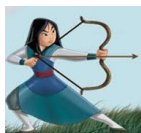
Relativamente aos desenvolvimentos mais recentes e perspetivas futuras do setor bancário e suas implicações para as contas públicas, é de referir que no 1º semestre de 2018, registou-se o acionamento do mecanismo de capitalização contingente do Novo Banco em 792 milhões de € efetuado pelo Fundo de Resolução (0,8% do PIB) e o empréstimo concedido pela Direção-Geral do Tesouro no montante de 124,4 milhões (0,1% do PIB) de € com vista a compensar os “lesados do BES”.

Estas 2 operações (916 milhões de €) já levaram ao agravamento do défice público em 0,9% do PIB de janeiro a junho deste ano. Tendo em conta o Acordo de 2 de outubro de 2017 quanto à disponibilização de meios financeiros para a

satisfação das obrigações do Fundo de Resolução, **este mecanismo poderá repetir-se anualmente, isto é, também para 2019, num montante máximo de 850 milhões de € p/ano até um montante acumulado de 3.890 milhões de €, prolongando-se assim por vários anos.**

E, ainda, continua a existir alguma incerteza acerca da recuperação de garantias do BPP, cuja receita chegou a estar prevista para 2017 (450 milhões de €). Na realidade, a receita recuperada foi de apenas 73 milhões de € nesse ano, tendo sido adiado o recebimento do remanescente para 2018 (377 milhões de €), mas só ainda foi concretizado 165 milhões de € até agosto de 2018. No caso da receita de 212 milhões de € não se concretizar até ao final do ano, deverá ser, mais uma vez, adiada para 2019.

Visto na imprensa em setembro de 2018



Sindicatos dão tiro de partida nas negociações do Orçamento de Estado

As negociações entre o governo e os sindicatos começam esta semana. A reivindicação salarial varia entre 3% e os 4% com um mínimo de 60 euros. Numa coisa estão seguros, não aceitam mais um ano sem qualquer aumento salarial. «Helena Rodrigues, presidente do STE, sabe que o governo vai argumentar com as condicionantes orçamentais, mas assegura que a proposta da frente sindical foi feita tendo em conta essas mesmas condicionantes», acrescentando que o poder de compra dos trabalhadores e pensionistas deve ser reposto. O STE, para além da proposta do aumento de 3% do salário e aumento para 6 euros do subsídio de refeição, propôs ainda o pagamento mais rápido das progressões remuneratórias, a revisão do SIADAP e o fim das quotas desse sistema.

(Fonte: Diário de Notícias, 02-09)



Sindicatos pedem aumentos salariais entre 3% e 4%

Os sindicatos apresentaram propostas ao governo exigindo ao governo aumentos salariais que variam entre 3 e 4%. O STE apresentou a sua proposta em julho, exigindo aumentos de 3%, o descongelamento mais rápido das carreiras, a redução dos descontos para a ADSE e a despenalização das reformas antecipadas.

(Fonte: Público, 04-09)



Autarquias avisam que sem dados rigorosos não assumem Educação e Saúde

Cerca de 20 Autarquias não estão disponíveis para aceitar a transferência da Educação e Saúde sem que as verbas sejam devidamente calculadas. Querem que o processo seja feito com muita

cautela e rigor. Estas cautelas surgem depois de algumas autarquias do Norte terem detetado erros nos dados e no envelope financeiro. As Câmaras irão assumir funções que até agora estavam atribuídas à Administração Central. Está prevista a transferência de 22 áreas e 1,2 milhões de euros anuais, sendo que 756,1 milhões de euros serão para a Educação e outros 134,8 milhões para a saúde. As Câmaras serão responsáveis pela manutenção dos edifícios escolares e dos centros de saúde e pelos trabalhadores, à exceção dos professores, psicólogos, médicos e enfermeiros.

(Fonte: i, 05-09)



Poder de compra da função pública caiu 12% desde 2010

Os funcionários públicos, após uma década de congelamentos e cortes viram o seu poder de compra reduzido em 11,9%, pelo que esperam com expectativa que 2019 seja um ano de viragem. Os pedidos de aumento dos sindicatos oscilam entre 3% e os 4%. O STE apresenta uma proposta de 3% que apesar de ser superior à inflação prevista (1,5%) não são suficientes para recuperar o que se perdeu desde 2010.

(Fonte: Público, 05-09)



Pensões antecipadas na Função Pública caem a pique

Segundo o Relatório e Contas da CGA, o agravamento das penalizações levou a que o ano passado, em média, tirassem 33,6% do valor das reformas de quem se aposentou antecipadamente. «É que no Estado a subida da idade de reforma foi especialmente rápida: se em 2013 as pessoas podiam reformar-se sem penalizações aos 63 anos, no ano passado a idade já ia nos 66 anos e 3 meses. E o corte é de 0,5% por cada mês que falte para a idade da reforma (ou de 6% ao ano)». Um outro fator que contribuiu também foi o agravamento do fator de sustentabilidade, que passou a aplicar-se as pensões antecipadas «e que no ano passado era já de 13,88%».

(Fonte: Negócios, 5-09)



Serviços públicos registam 11 queixas de assédio moral

A Inspeção-Geral de finanças recebeu o ano passado, entre agosto e dezembro, 11 queixas de assédio moral em contexto de trabalho. Desde essa altura que é possível aos funcionários públicos apresentar as queixas de assédio moral no endereço eletrónico ltfp.art4@igf.gov.pt

(Fonte: Correio, 10-09)



Progressões só dão mais 1,6 euros

O descongelamento das carreiras iniciado em janeiro e de forma faseada ao longo de 2 anos, teve um efeito quase nulo nos bolsos dos trabalhadores e, nalguns casos, até reduziu o salário. As progressões, em média, traduziram-se em 1,6 euros mensais. A responsabilidade das perdas deve-se à subida do escalão do IRS.

(Fonte: Correio, 11-09)



António Costa defende que OE 2019 será «seguramente» aprovado

O Primeiro Ministro assegura que a aprovação do Orçamento para 2019 não está em causa. Esta parece ser a resposta ao PCP, quando Jerónimo de Sousa disse que «o governo não poderia contar com o ovo no dito cujo da galinha». O Governo tem a garantia que o BE não fará depender a aprovação do OE da contagem de tempo que os professores exigem»

(Fonte: i, 11-09)



DGS negocia redução de sal e açúcar na charcutaria e lacticínios

A DGS- Direção-Geral da Saúde está a negociar com a indústria alimentar a redução dos níveis de sal e açúcar em diversos produtos como é o caso do fiambre, batatas fritas, iogurtes e cereais para o pequeno almoço, pão, sopas prontas a consumir, molhos, *snacks*, sumos e refrigerantes. Esta medida está integrada na Estratégia para a Alimentação Saudável (EIPAS) e envolve sete Ministérios. «A promoção de ambientes saudáveis e fazer com que a opção saudável seja mais fácil são duas das oito áreas do projecto da Comissão Europeia para combater a obesidade infantil que envolve 33 países, entre os quais Portugal». A partir deste ano, na disciplina Educação para a Cidadania, que vai desde o primeiro

ciclo até ao 12º ano, será obrigatório o tema Educação para a Saúde, onde a Educação Alimentar será uma das áreas a tratar.

(Fonte: Público, 11-09)



15% de jovens «Nem-Nem»

No ano passado Portugal apresentou uma taxa de 15,2% de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que nem estudavam nem trabalhavam. Esta percentagem deixa Portugal abaixo da taxa da OCDE, que é de 14,5% e da U.E. de 14,3%. O nosso país encontra-se em 10º lugar na tabela da OCDE. Itália, Grécia, Turquia, México, Espanha, Chile, França, Israel e Coreia são os países onde registam mais jovens «Nem-Nem»

(Fonte: i, 12-09)



Descentralização fica fechada a 15 de outubro

A data final para fechar o dossier negocial da descentralização é o dia 15 de outubro, data em que é previsível a entrega do Orçamento de Estado na Assembleia da República. Revelou Ribau Esteves, vice-presidente da Associação Nacional de Municípios. O Governo tem em cima da mesa a transferência para as autarquias de 23 áreas, entre 2019 e 2021. 11 delas ainda não estão consensualizadas, de entre elas a Educação e a Saúde. Falta ainda esclarecer alguns detalhes, como por exemplo, as fórmulas de calcular as verbas a transferir. As Autarquias têm contestado os valores referidos pelo Governo, acusando-o de suborçamentar as despesas que os municípios terão com esta transferência de áreas antes da tutela à administração central.

(Fonte: Correio, 12-09)



FMI quer novo brilharrete no défice

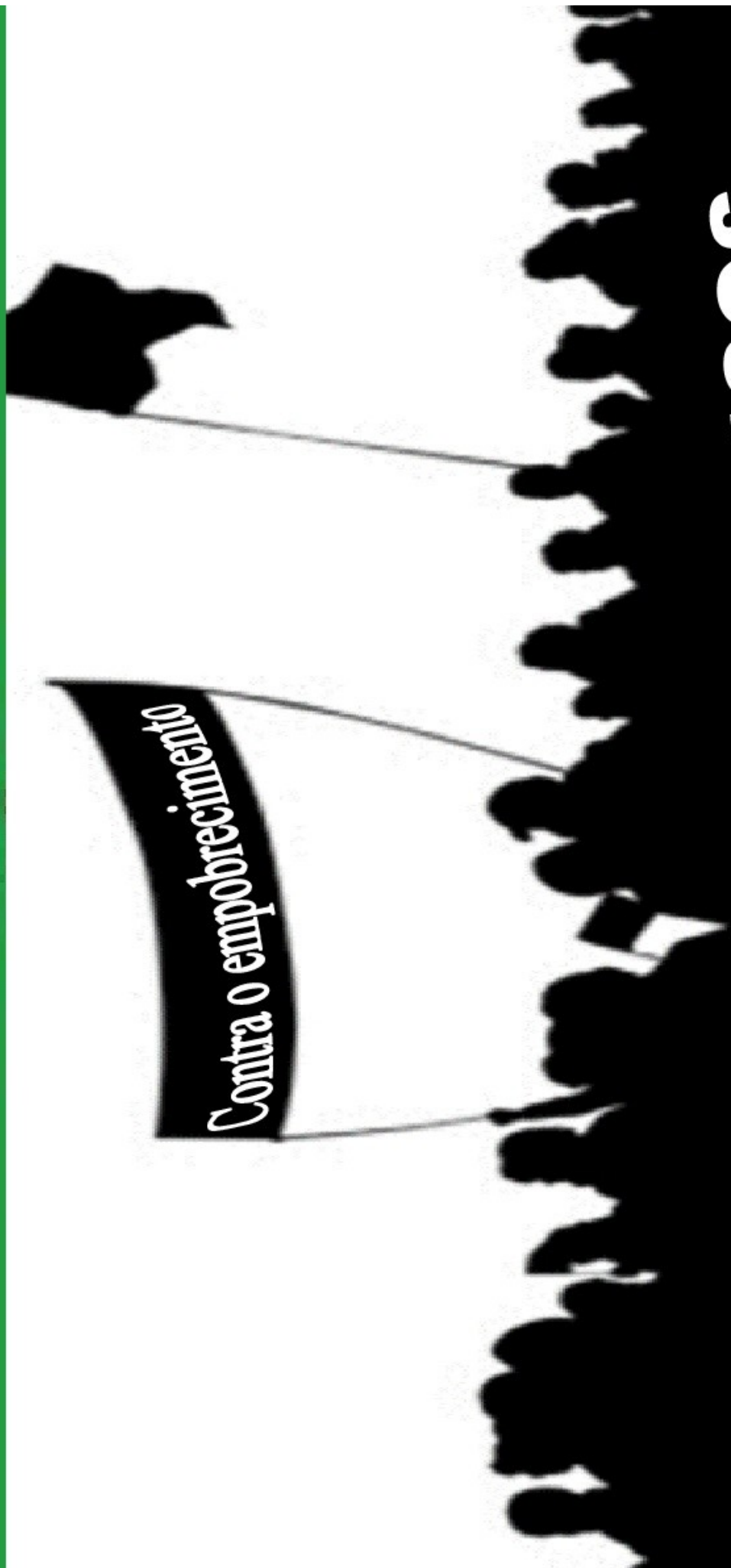
O FMI recomenda ao Governo vá para além do objetivo estabelecido para o défice, isto é, em vez dos 0,7% proposto tente alcançar um valor mais baixo. Afirme a equipa liderada por Alfredo Cuevas as «autoridades devem ambicionar ir além da meta oficial para o saldo orçamental em 2018». O FMI estima que o défice seja de 0,1 pontos percentuais acima do projetado pelo Governo mas com o crescimento económico inferior ao do ano passado.

(Fonte: Negócios, 13-09)

Cont. na pag 8

GREVE

26 OUTUBRO



NÃO SOMOS OS RICOS

- Atualização, JUSTA, de salários e pensões
- Revisão e valorização de carreiras
- Serviços Públicos de qualidade
- Despenalização das reformas antecipadas





Exigências à esquerda orientam Orçamento

A poucas semanas da apresentação do Orçamento de Estado, os partidos que apoiam que apoiam a solução governativa já apresentaram as suas propostas. O PCP quer o salário mínimo a 650 euros, aumento extraordinário de 10 euros nas reformas, descida do IVA para 6% nos casos da eletricidade e gás e livros escolares gratuitos até ao 12º ano. O BE quer a aplicação de uma taxa para a especulação imobiliária, pretendem o aumento do investimento, á semelhança dos outros partidos, na Educação, Saúde e Cultura. A Direita já fez saber que não aprovará o orçamento. O OE será apresentado na Assembleia da República a 15 de outubro.

(Fonte: Correio, 17-09)



Portugal vai manter benefícios fiscais para estrangeiros

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros estão em conversações técnicas com a Finlândia e a Suécia que têm contestado o regime fiscal que Portugal oferece aos não residentes, para chegarem a um acordo. O clima das negociações é de grande amizade e cada Parte defende os seus interesses nacionais. Augusto Santos Silva, assegura que «Portugal manterá e desenvolverá os regimes de atração de base fiscal que tem, assim como a Irlanda mantém os seus, a Holanda mantém os seus, o Luxemburgo, Espanha, e por aí fora». O regime fiscal para residentes é muito importante para a economia portuguesa e tem permitido atrair pessoas e investimento.

(Fonte: Negócios, 17-09)



Estado vai contratar mais em 2019

Nas Grandes Opções do Plano para 2019, o Governo prevê contratar novos funcionários públicos, tendo em vista renovar a administração pública. O documento foi enviado ao Conselho Económico e Social para ser discutido. O Governo refere também que será em 2019 concluída a revisão da Plataforma SIOE+, que pretende ser um sistema que simplificará a tarefa aos organismos na recolha e carregamento de dados, bem como «constituir-se como um sistema de informação único, transversal e fidedigno de caracterização das entidades e respectivos recursos humanos da esfera da administração pública».

(Fonte: Correio, 17-09)



Integração de precários no Estado derrapa para 2019

A integração dos precários do Estado só será concluída em 2019, pelo que está atrasado relativamente ao prometido, assume o Governo nas GOP -Grandes Opções do Plano, documento enviado ao Conselho Económico e Social. Refere ainda que no «próximo ano, o Governo promete fazer um esforço de renovação etária dos trabalhadores da administração pública decorrente da avaliação global das carências de recursos humanos em todas as estruturas públicas, da administração directa e indirecta do Estado, levada a cabo em 2018»

(Fonte: Público, 18-09)



Vieira da Silva admite «Problema»

O ministro do Trabalho e da Segurança Social admitiu que «existe um problema» na atribuição das novas pensões. Este atraso deve-se à falta de pessoal e ao acréscimo de pedidos de pensões. A prioridade é para os casos de longa duração, que estarão resolvidos até ao final do ano, pelo que se espera voltar à normalidade, isto é o tempo de espera ser de três meses.

(Fonte: Negócios, 19-09)



Marcelo apela a cautela orçamental

O Presidente da República aconselha cautela para o Orçamento do Estado para 2019. «Mais vale ter cuidado na política orçamental do que achar que se pode ter uma visão eleitoralista e, com isso, comprometer a situação financeira».

(Fonte: Correio, 21-09)



Retoma da normalidade na função pública será gradual avisa o Governo

No OE de 2018 o Governo prometeu eliminar um conjunto de restrições na Administração Pública. No entanto, agora com a proximidade do OE para 2019, o Ministério das Finanças vem dizer que a retoma da «normalidade» será progressiva. Os «prémios de desempenho, a progressão nas carreiras por opção gestonária ou a negociação do salário chegarão de forma gradual e de acordo com os recursos disponíveis». A presidente do STE, Maria Helena Rodrigues disse: «Para nós a normalidade é que os trabalhadores que ganhem o

direito a mudar de posição remuneratória não tenham de ir para além de 2019. E o que nos quer parecer é que haverá eventualmente um novo faseamento».

(Fonte: Público, 21-09)



Estado não sabe quantos funcionários tem nem o que ganham

Uma auditoria da IGF-Inspeção-Geral de Finanças feita ao SIOE-Sistema de Informação da Organização do Estado, concluiu que a DGAEP não sabe, com rigor, quantos são os trabalhadores da Administração nem tampouco quanto ganham. O ano auditado foi de 2015 e o objetivo da auditoria era saber se o SIOE «assegura a integridade e a fiabilidade dos dados que lhe são transmitidos e se garante o seu adequado tratamento». A conclusão é a de que o Sistema não dispõe de «informação necessária à completa e adequada caracterização dos recursos humanos da Administração Pública». O Ministério das Finanças refere que a informação é genérica e que é atualizada trimestralmente por cada uma das entidades abrangidas, pelo que está já a ser tratado o reforço da informação e atualização do Sistema, de forma a que responda ao que hoje é exigido.

(Fonte: Negócios, 27-09)



Governo admite aumentos na Função Pública

O Ministro das Finanças, Mário Centeno admitiu que poderia haver aumentos para os trabalhadores da Administração Pública. O PCP e o BE exigem uma atualização para todos os trabalhadores, mesmo que gradual. Os salários estão congelados desde 2010. António Costa disse estarem a trabalhar para saber como poderiam aplicar os aumentos de uma «forma equilibrada».

(Fonte: Correio, 27-09)



Dúvidas nas contas sobre o IVA da eletricidade

O Governo não tem facilitado o acesso a dados brutos sobre a energia, pelo que os parceiros da coligação têm tido alguma dificuldade para analisar e fazer cenários para que haja uma descida no IVA da eletricidade. O valor do

impacto na descida do IVA na eletricidade também não tem sido consensual.

(Fonte: Correio, 27-09)



Há menos 1300 alunos no Ensino Superior do que em 2017

Este ano entraram no ensino superior 53.444 estudantes. São menos 1.300 do que o ano passado. O Gabinete de Manuel Heitor acredita que somando todas as vias de entrada no ensino superior se chegue aos 73.000 novos alunos. Entre os alunos que entraram houve um aumento de estudantes com deficiência. Este foi o ano que, pela primeira vez, foram colocadas vagas específicas para estudantes com deficiência, pelo que foi possível o acesso de 231 alunos por esta via.

(Fonte: i, 27-09)



Desigualdade salarial mantém-se estável em Portugal há décadas

Um estudo do Banco de Portugal, publicado em janeiro passado, conclui que a desigualdade salarial em Portugal tem tido «uma inesperada estabilidade, ao contrário do que aconteceu lá fora, onde «a tendência é clara: a desigualdade tem vindo a agravar-se de uma forma acentuada.

Um outro estudo também de janeiro mas do BEI-Banco Europeu de Investimento, «com base no coeficiente de Gini, concluía que Portugal tinha sido o país onde a desigualdade mais tinha diminuído entre 2007 e 2015. E que, durante esse período, Portugal tinha sido o país da União Europeia onde os 20% mais ricos viram os seus rendimentos diminuir mais».

As conclusões dos estudos poderão ser iguais ou divergentes dependendo da fórmula usada para o cálculo, «consoante o ângulo e os anos escolhidos». No caso dos estudos sobre qual o grupo social que mais foi afetado pela crise, as conclusões foram diferentes. O estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos concluiu que o grupo social que mais perdeu com a crise foi o dos mais pobres. Já o estudo do Fundo Monetário Internacional concluiu que o grupo que mais perdeu com as políticas de austeridade foi o dos mais ricos.

(Fonte: negócios, 28-09)



LEGISLAÇÃO - SETEMBRO 2018

[Resolução do Conselho de Ministros n.º](#)

[122/2018 - Diário da República n.º 187/2018,](#)

[Série I de 2018-09-27116515455](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Propõe ao Conselho da União Europeia a manutenção de um membro efetivo do Comité das Regiões da União Europeia

[Decreto Regulamentar n.º 9/2018 - Diário da](#)

[República n.º 175/2018, Série I de 2018-09-](#)

[11116382281](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera a regulamentação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional

[Decreto-Lei n.º 72/2018 - Diário da República](#)

[n.º 176/2018, Série I de 2018-09-12116388437](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Cria o Portal Nacional de Fornecedores do Estado

[Decreto-Lei n.º 73/2018 - Diário da República](#)

[n.º 179/2018, Série I de 2018-09-17116417932](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou em idade inferior

[Decreto-Lei n.º 74/2018 - Diário da República](#)

[n.º 183/2018, Série I de 2018-09-21116460404](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece a carreira especial de inspeção da Autoridade de Segurança Alimentar e

[Portaria n.º 242/2018 - Diário da República n.º](#)

[169/2018, Série I de 2018-09-03116237073](#)

FINANÇAS

Portaria que aprova o regulamento que estabelece o curso de formação específico de ingresso na carreira de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças

[Portaria n.º 245/2018 - Diário da República n.º](#)

[169/2018, Série I de 2018-09-03116307676](#)

SAÚDE

Aprova o regulamento que estabelece as condi-

ções de acesso de doentes e entidades, bem como os preços e as prestações de saúde a realizar, no âmbito do Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade (PTCO)

[Portaria n.º 256/2018 - Diário da República n.º](#)

[174/2018, Série I de 2018-09-10116357694](#)

FINANÇAS

Aprova os Estatutos da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

[Portaria n.º 257/2018 - Diário da República n.º](#)

[174/2018, Série I de 2018-09-10116357695](#)

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Aprovação do Regulamento de Prestação de Trabalho em Regime de Piquete e de Prevenção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

[Portaria n.º 259/2018 - Diário da República n.º](#)

[177/2018, Série I de 2018-09-13116387662](#)

JUSTIÇA

Disponibiliza o acesso à informação, em suporte eletrónico de identificação das entidades previstas nas alíneas a), b) e e) do n.º 1 do artigo 4.º do regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas - Certidão online de inscrição de pessoa coletiva

[Portaria n.º 260/2018 - Diário da República](#)

[n.º 178/2018, Série I de 2018-09-](#)

[14116407588](#)

FINANÇAS

Portaria que define o parecer prévio da IGF sobre as transferências para as Fundações

[Portaria n.º 267/2018 - Diário da República n.º](#)

[182/2018, Série I de 2018-09-20116433035](#)

JUSTIÇA

Procede à alteração dos regimes de tramitação eletrónica dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais (Citius/SITAF)

[Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2018/M](#)

[- Diário da República n.º 184/2018, Série I de](#)

[2018-09-24116470101](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2016/M](#), de 5 de julho, que aprova a orgânica do Laboratório Regional de Engenharia Civil



Tem dúvidas sobre a sua situação laboral?

O jurista responde . . .

Pretendo solicitar uma licença sem vencimento. Que direitos, que consequências?

A licença sem remuneração está regulada nos artigos 280º a 284º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexa à Lei nº 35/2014.

O trabalhador que pretenda uma licença sem remuneração tem de a requerer expressamente - com a maior antecedência possível - ao dirigente máximo do seu organismo ao abrigo do nº 1 do artigo 280º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, indicando as datas de início e termo da mesma e a respectiva fundamentação, que será aquela que o trabalhador entender invocar; o requerimento pode ser deferido ou não.

O tempo de duração da licença não conta para efeitos de antiguidade, reforma, aposentação e fruição de benefícios sociais, ou seja, para a CGA e ADSE; só assim não será no caso das licenças previstas no nº 3 do artigo 281º que contam para efeitos de antiguidade e em que se pode continuar a descontar para a ADSE

Mas importa ter em atenção que, nas licenças sem remuneração de duração igual ou superior a um ano, em regra o trabalhador só poderá regressar ao serviço se houver um posto de trabalho vago no mapa de pessoal do respectivo serviço, o que pode nunca mais acontecer; e, nesse caso, terá de continuar indefinidamente na situação de licença.

Que descontos são feitos quando se apresenta um atestado médico?

Ao apresentar atestado médico perderá a remuneração por inteiro nos primeiros três dias de faltas por doença, e depois passa a descontar 10% da remuneração do 4º ao 30º dia. Se a doença se mantiver, a partir do 31º dia deixa de estar sujeita a qualquer desconto na remuneração.

Tenho um filho menor. Posso justificar as faltas quando me desloco à escola?

São consideradas justificadas as faltas motivadas por deslocação a estabelecimento de ensino enquanto responsável pela educação de menor, por motivo da situação educativa deste, pelo tempo estritamente necessário, até 4 horas por trimestre, por cada menor (alínea f, n.º 2 do Artigo 134.º da Lei 35/2014, de 20 de junho)

Qual a redução do período normal de trabalho na Jornada Contínua?

O n.º 2 do artigo 114.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas estabelece que a jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário nunca superior a uma hora. Assim, a lei estabelece que redução do período diário de trabalho na jornada contínua é pelo tempo máximo de 1 hora, mas não estabelece qual o tempo mínimo; o que significa que essa redução pode ter duração inferior a 1 hora: por exemplo, 45 minutos, 30 minutos ou 15 minutos, consoante a vontade critério de cada entidade empregadora

Entidade empregadora não responde ao meu pedido de Jornada Contínua. O que devo fazer?

Decorridos 90 dias úteis sem ter obtido resposta ao pedido de jornada contínua que apresentou, este considera-se tacitamente indeferido. Neste caso, pode interpor recurso hierárquico para o Ministro da sua tutela e apresentar queixa ao Provedor de Justiça, invocando toda a fundamentação que entender pertinente.

CULTURA E LAZER

DIÁRIO DA GRANDE GUERRA



DIÁRIO DA GRANDE GUERRA SÍTIOWEB
TESTEMUNHOS PORTUGUESES
www.grandeguerra.bnportugal.pt

Já disponível o Diário de OUTUBRO de 1918

REPÚBLICA PORTUGUESA | CULTURA | BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Caça-minas "Augusto de Castilho"

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
BNP

PROTOCOLOS



LISBOA

As Janelas Verdes | Heritage Avenida Liberdade | Hotel Britânia | Hotel Lisboa Plaza | Solar do Castelo

Durante o ano de 2019, os associados poderão beneficiar de um desconto de 20% sobre a tarifa flexível disponível em www.heritage.pt, bastando a apresentação da identificação de associado no acto da reserva (por mail ou ao balcão).

Oferta:

- Pequeno almoço Buffet ou Continental no quarto;
- Wifless nos quartos e zonas públicas;
- Estacionamento automóvel (sujeito à disponibilidade);
- Acesso 24 horas à sala de Fitness com Jet pool no Heritage Avenida da Liberdade e ao Ginásio no Hotel Lisboa Plaza.
- Acesso 24 horas ao Tea & Coffee Lounge

Avenida da Liberdade, 30 | Telf 213 218 200 | heritage.hotels@heritage.pt | www.heritage.pt



SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel. Fax: 266 744 771
evora@ste.pt

Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:
925494067/925494065
algarve@ste.pt

Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137

Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçalves, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731

Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo
Tel. Fax: 295 217 079
acores@ste.pt

Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal